

**B D VEST CONFECÇÕES EIRELI**

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES**  
**Novembro de 2020**



## CONTATO

### CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP: 80530-000

### MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968  
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP: 87020-015

### SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850  
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP: 01310-000

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Dra. Sâmia Yabusame Terruel Zarpellon

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório inicial do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, II, "a" (primeira parte) e "c" da Lei n.º 11.101/05.

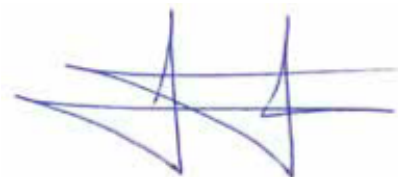
O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao **mês de novembro de 2020**, da **Recuperanda B D Vest Confeccões EIRELI**, disponibilizadas por meio do escritório de contabilidade **APRIMORATO CONTABILIDADE LTDA – CRC/PR 009850/O-0**, devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise e da situação atual da empresa, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de Recuperação Judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0012043-76.2016.8.16.0069** e no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 17 de fevereiro de 2021.



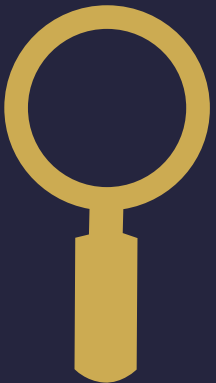
**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRADORA JUDICIAL  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
**Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES**  
OAB/PR nº 65.066

# ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	11
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	16
5. ENDIVIDAMENTO	29
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	38
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	41
GLOSSÁRIO	62
ANEXOS	64

---

# *1. SUMÁRIO EXECUTIVO*



## Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades da Recuperanda	A empresa iniciou suas atividades em 1998, na cidade de Cianorte/PR, firmando seu crescimento no mercado no segmento de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista. Sua crise financeira teve origem como reflexo de fatores macroeconômicos no setor de confecção, gerando queda no consumo e aumento no custo de produção, que somado ao reajuste das contas de energia e alta do dólar, beneficiou a indústria exportadora nacional e tornou o preço dos produtos mais competitivos no mercado internacional.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações no mês de novembro de 2020. No término do mês em apreço, a Recuperanda possuía o total de 93 (noventa e três) funcionários ativos.
Informações Financeiras	Em Novembro/2020 as <b>Despesas Operacionais</b> apresentaram um aumento de aproximadamente <b>40%</b> em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de <b>Despesas com Vendas</b> . Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente <b>91%</b> no seu <b>Resultado Não Operacional</b> , em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de <b>Outras Receitas</b> no valor de <b>R\$ 13,23 mil</b> . Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de <b>Impostos a Recuperar</b> relativo ao <b>IRPJ e CSLL</b> , gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de <b>R\$ 124,32 mil</b> .
Endividamento	Quando da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores, em atenção ao art. 51, III LFRJ, perfazendo a monta de <b>R\$58.192.364,38 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos)</b> . Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, no importe de <b>R\$51.249.475,94 (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)</b> . Até a presente data, não houve homologação do Quadro Geral de Credores.

## Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
<b>Plano de Recuperação Judicial</b>	O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pela Recuperanda no mov. 384 e seu Aditivo, no mov. 1255.2, expondo os meios de recuperação que pretende adotar, visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ.
<b>Informações Processuais</b>	Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020, houve o requerimento de suspensão de pagamento do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que fora deferido pela MM. Magistrada no mov. 2.841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim sendo, em 01/12/2020, houve a aceitação exarada pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, o Termo de Compromisso devidamente assinado.

---

## *2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA*

- 2.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



## Atividades da Recuperanda

A empresa iniciou suas atividades em 1998, na cidade de Cianorte/PR, firmando seu crescimento no mercado no segmento de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista. Sua crise financeira teve origem como reflexo de fatores macroeconômicos no setor de confecção, gerando queda no consumo e aumento no custo de produção, que somado ao reajuste das contas de energia e alta do dólar, beneficiou a indústria exportadora nacional e tornou o preço dos produtos mais competitivos no mercado internacional.

### 2.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA

A empresa Recuperanda **B D VEST CONFECÇÕES EIRELI** iniciou suas atividades no ano de 1998, tendo como objeto social o ramo de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista, produzindo roupas masculinas e femininas, acessórios e peças em geral.

A primeira marca utilizada pela empresa Recuperanda foi a OSMOZE, agregando personalidade exclusiva em seus produtos e investindo em matéria-prima de qualidade, profissionais qualificados e inteligência de mercado, que, aliado a estratégias de marketing eficientes, assegurou posição sólida, se transformando em referência quando se tratava de peças jeans. Além do mencionado seguimento, acabou se especializando na produção de produtos em malha e acessórios, ditando tendências tanto para o público feminino quanto masculino.

No ano de 2005, a Recuperanda passou a utilizar a marca DENÚNCIA, voltada para o público adulto e, DENÚNCIA KIDS, para o infantil, conferindo a ambas, as últimas tendências do mundo da moda e mantendo a qualidade e conforto em suas peças. Em 2009, concomitante a produção e desenvolvimento dessa, lançou uma nova marca, EVENTUAL, direcionada ao público que possui um estilo lifestyle, com característica jovem e que utiliza a moda como forma de expressão de cultura e personalidade e, também, a marca EVENTUAL MINI, para crianças de até 3 (três) anos de idade.

Em 2014, inaugurou a loja Z-Store, na cidade de Cianorte/PR, oferecendo ao público varejista a oportunidade de adquirir todas as marcas produzidas pela empresa. Com o sucesso dessa medida, expandiu o mesmo projeto para mais três novas unidades, sendo elas na cidade de Maringá/PR, Curitiba/PR e uma segunda loja em Cianorte/PR, denominada OSMOZE BRANDS.

Acompanhando a modernização das vendas, no ano de 2016, a Recuperanda estreou o canal e-commerce, destinado ao público final (varejista) e multimarcas (b2b), oferecendo um mix completo de produtos de todas as marcas da empresa, com entrega para todo o país e atendimento personalizado em tempo real para os consumidores.

Além das campanhas realizadas com suas marcas envolvendo artistas icônicos da publicidade, tais como Anitta, Isis Valverde e Gabriela Pugliesi, a Recuperanda também concebeu projetos em parceria com a casa de shows Wood's e desenvolveu outras marcas para expandir os negócios, tais como, SANTA JUSTINA, LINDA Z e Z-31, cada qual com identidade distinta, visando atingir todos os públicos. Consolidada no mercado, chegou a ter 29 lojas espalhadas pelos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte e Bahia.

Somado ao crescimento no ramo de confecção, a Recuperanda também se envolveu, ao longo dos anos, em projetos sociais, constituindo, por exemplo, a ONG "O Bem Criado", visando prestar apoio ao menor e dar assistência às inúmeras crianças carentes mediante doações de alimentos, roupas, brinquedos, incentivo cultural, esporte e educação. Ato contínuo, estabeleceu parcerias com a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz, Comunidade de Reabilitação e Resgate de Jovens Bethania e, ainda, de evangelização com os cantores Thiago Brado, Gracielle e o Ministério Canção Nova, exprimindo grande relevância social.

### 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A crise financeira da empresa **B D VEST CONFECÇÕES EIRELI**, originou-se como reflexo de fatores macroeconômicos e específicos do setor de confecção, sendo severamente atingido pela queda de consumo e aumento do custo de produtividade, somados aos reajustes das contas de energia, que impactam o custo de produção, a alta do dólar, que beneficia a indústria exportadora nacional e torna o preço dos produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. Por outro lado, o aumento do custo de matéria prima importada gerou um efeito cascata na

## Atividades da Recuperanda

A empresa iniciou suas atividades em 1998, na cidade de Cianorte/PR, firmando seu crescimento no mercado no segmento de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista. Sua crise financeira teve origem como reflexo de fatores macroeconômicos no setor de confecção, gerando queda no consumo e aumento no custo de produção, que somado ao reajuste das contas de energia e alta do dólar, beneficiou a indústria exportadora nacional e tornou o preço dos produtos mais competitivos no mercado internacional.

alta dos preços.

Somando-se às mencionadas dificuldades, o ajuste de contas do governo com a diminuição de incentivos tributários dados aos setores da economia aliado ao aumento de juro básico pelo Banco Central, que abala as taxas de juros dos bancos e encarecem o crédito tanto para a produção quanto para o consumo, resultaram na retração do mercado, afetando severamente a economia do país.

No início do ano de 2014, a soma dos juros altos e o aprofundamento da recessão econômica afetou a capacidade financeira das empresas, de modo que, no seguimento do vestuário, passou-se a ter queda acentuada no decorrer dos anos, chegando a diminuir a receita da Recuperanda em mais de 60% (sessenta por cento) no período de 2014 a 2016, aumentando, assim, o endividamento bancário.

Destarte a queda da receita por problemas mercadológicos, restou inevitável a necessidade de ajuizamento da Recuperação Judicial, objetivando alongar os prazos e diminuir os encargos, aplicando-se novas estratégias de mercado objetivando a preservação, continuidade da atividade produtiva e o soerguimento da empresa.

### 2.3. MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

#### **MEDIDAS ADOTADAS:**

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pela Recuperanda são:

- Adoção de todos os programas governamentais de redução de jornada de trabalho nesse período de Pandemia causada pela Covid-19, que minimizou a folha de pagamento. Somente alguns setores não puderam ter redução, pois imprescindível que a parte financeira e atendimento aos clientes e fornecedores se mantivessem em pleno funcionamento;
- Os auxílios e remunerações fornecidos pelo governo não foram suficientes para salvar os resultados de 2020, mas foram deveras importantes na reativação de toda a cadeia produtiva e reequilíbrio da oferta e demanda no varejo e indústria de moda, com força suficiente para recriar as condições necessárias à retomada do crescimento do setor em 2021.
- Campanha de marketing pronta e lançada desde novembro de 2020;
- Mostruários de inverno 2021 entregues aos representantes comerciais que estão promovendo sua venda e firmando a entrega dos pedidos já para Fevereiro de 2021;
- Equipe comercial que já vem trabalhando desde novembro nas vendas programadas com a apresentação da nova coleção e com catálogo online;
- Expansão do nicho de venda online, devido ao aumento nas vendas digitais para clientes de atacado.

#### **PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS:**

As principais dificuldades enfrentadas pela Recuperanda no período foram:

- Decreto que determinou o fechamento das lojas físicas por conta da Pandemia do Covid-19 nos meses de Março e Abril/2020, tendo sido considerado um dos piores desempenhos do varejo de bens de consumo;
- Enfrentamento de falta de matéria prima nos últimos 04 (quatro) meses do ano de 2020, como tecidos e aviamentos que compõe os produtos ofertados pela Recuperanda;
- As tecelagens não conseguiram atender as fábricas e marcas, mesmo com pedidos já consolidados em julho de 2020, pois, com o Lockdown sofrido no primeiro semestre do ano, paralisaram suas produções ou sofrerão reduções de jornada de trabalho de milhares de colaboradores e, com isso, toda a cadeia produtiva ficou

## Atividades da Recuperanda

A empresa iniciou suas atividades em 1998, na cidade de Cianorte/PR, firmando seu crescimento no mercado no segmento de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista. Sua crise financeira teve origem como reflexo de fatores macroeconômicos no setor de confecção, gerando queda no consumo e aumento no custo de produção, que somado ao reajuste das contas de energia e alta do dólar, beneficiou a indústria exportadora nacional e tornou o preço dos produtos mais competitivos no mercado internacional.

atrasada;

- Falta de mão de obra nas fábricas, pois quando houve o retorno da procura pelo consumidor, todas as empresas necessitaram de uma maior demanda de serviços de costura, motivo pelo qual para que as entregas acontecessem mais tarde e atrasadas.

---

## 3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 COLABORADORES



## Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações no mês de Novembro de 2020. No término do mês em apreço, a Recuperanda possuía o total de 93 (noventa e três) funcionários ativos.

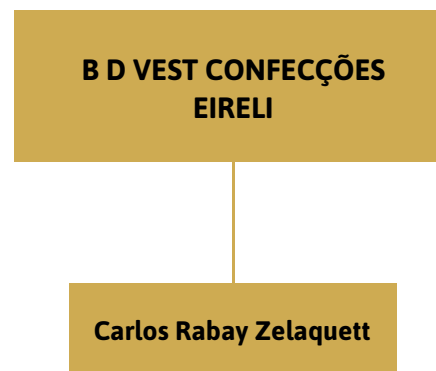
### 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária da Recuperanda:

#### B D VEST CONFECÇÕES EIRELI

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Carlos Rabay Zelaquett	350.000	R\$ 350.000,00	100%
<b>Total</b>	<b>350.000</b>	<b>R\$ 350.000,00</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Informações obtidas com a Recuperanda

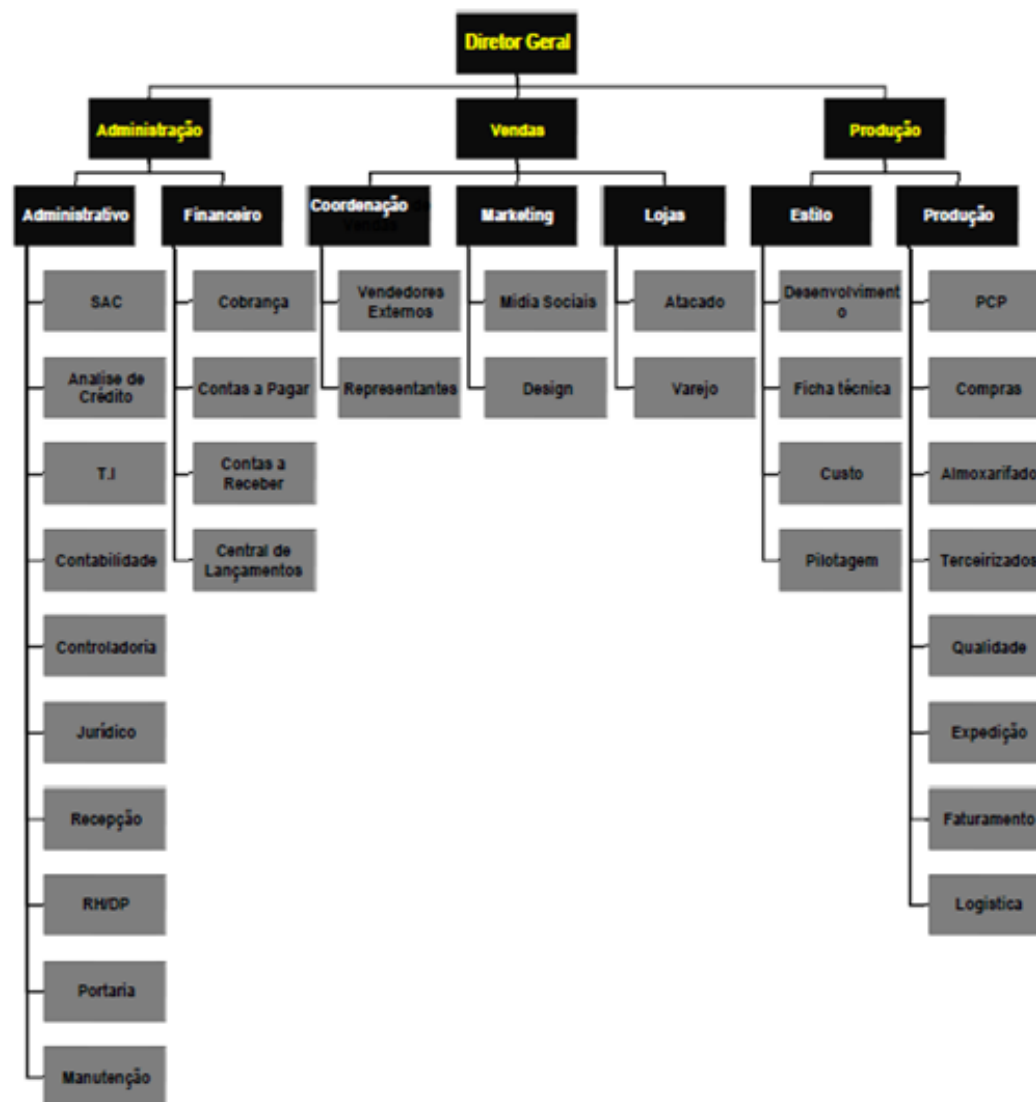


## Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações no mês de Novembro de 2020. No término do mês em apreço, a Recuperanda possuía o total de 93 (noventa e três) funcionários ativos.

## 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No que tange a estrutura organizacional, a Recuperanda apresentou a seguinte estrutura a esta Administradora Judicial:



## Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações no mês de Novembro de 2020. No término do mês em apreço, a Recuperanda possuía o total de 93 (noventa e três) funcionários ativos.

## 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

A empresa B D Vest Confeccções EIRELI possui as seguintes unidades de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
B D Vest Confeccções EIRELI	02.656.196/0001-00	Cianorte/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0002-83	Cianorte/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0004-45	Maringá/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0005-26	São Paulo/SP
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0006-07	Maringá/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0007-98	Brusque/SC
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0008-79	São Paulo/SP
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0010-93	Cianorte/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0011-74	Cianorte/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0012-55	Farroupilha/RS
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0013-36	Fortaleza/CE
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0014-17	São Paulo/SP
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0015-06	Curitiba/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0016-89	Cascavel/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0017-60	São Paulo/SP
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0018-40	Goiânia/GO
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0019-21	Cianorte/PR
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0022-27	Recife/PE
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0023-08	Farroupilha/RS
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0024-99	Goiânia/GO
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0025-70	Cedral/SP
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0026-50	Brusque/SC
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0027-31	São João do Sul/SC
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0028-12	Colatina/ES
B D Vest Confeccções EIRELI – filial	02.656.196/0029-01	Maringá/PR

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

## Informações Operacionais

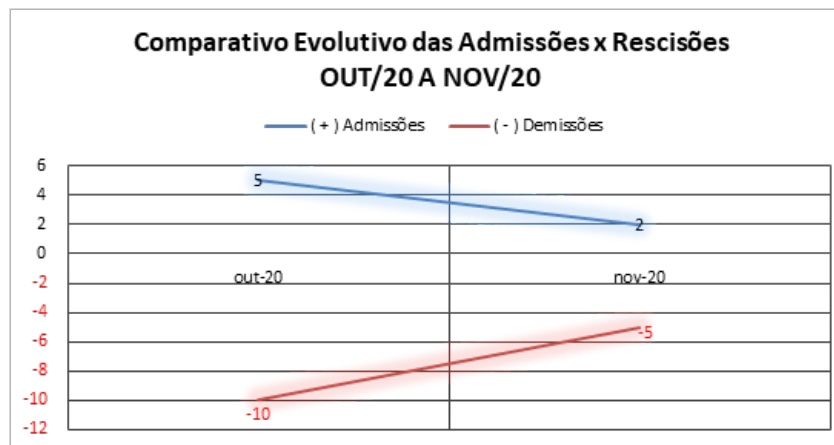
Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações no mês de Novembro de 2020. No término do mês em apreço, a Recuperanda possuía o total de 93 (noventa e três) funcionários ativos.

### 3.4 COLABORADORES

A Recuperanda apresentou a posição do quadro de funcionários referente aos meses de Outubro e Novembro de 2020, havendo variação negativa de **3,13%** no seu quadro funcional, conforme apresentado no gráfico seguinte:

FUNCIONÁRIOS	10/2020	11/2020
Quantidade Inicial	101	96
( + ) Admissões	5	2
( - ) Demissões	10	5
Total de Funcionários	96	93
Variação		-3,13%

Fonte: Grupo Osmoze – Outubro e Novembro de 2020.



Fonte: Grupo Osmoze – Outubro e Novembro de 2020.

---

# 4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO
- 4.3 ATIVO IMOBILIZADO
- 4.4 ÍNDICES FINANCEIROS



## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

### 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial da Recuperanda dos meses de Outubro e Novembro de 2020. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	out-20	nov-20	Variação	Ref.
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Disponibilidades	330.979,63	341.110,29	3,06%	
Contas a Receber	12.641.224,85	12.858.407,90	1,72%	
Outros Créditos	12.588.844,18	16.777.116,10	33,27%	<i>a</i>
Estoques	28.367.020,23	28.832.762,01	1,64%	
Tributos a Recuperar	1.219.677,45	1.230.372,91	0,88%	
Outros Créditos	10.604.489,35	10.743.985,35	1,32%	
Despesas Antecipadas	22.498,66	16.980,01	-24,53%	
	65.774.734,35	70.800.734,57	7,64%	
<b>Não Circulante</b>				
Realizável a Longo Prazo	13.448.911,68	13.448.911,68	0,00%	
Investimentos	241.947,71	241.947,71	0,00%	
Imobilizado	9.447.425,80	4.966.926,59	-47,43%	<i>b</i>
Intangível	0,03	0,03	0,00%	
Ativo Diferido	13.518.501,37	13.642.828,56	0,92%	
	36.656.786,59	32.300.614,57	-11,88%	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>102.431.520,94</b>	<b>103.101.349,14</b>	<b>0,7%</b>	

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	out-20	nov-20	Variação	Ref.
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos Nacionais	16.250.813,31	16.811.916,63	3,45%	
Fornecedores	7.932.021,68	8.300.765,23	4,65%	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.017.373,47	4.252.346,34	5,85%	
Obrigações Tributárias	14.239.758,01	14.325.132,78	0,60%	
Outras Obrigações	266.237,17	259.927,00	-2,37%	
Outras Contas	10.077.488,72	9.745.468,24	-3,29%	
	52.783.692,36	53.695.556,22	1,73%	
<b>Não Circulante</b>				
Recuperação Judicial	43.460.938,72	43.460.938,72	0,00%	
Obrigações Tributárias	69.801.613,41	69.801.613,41	0,00%	
(-) Despesas Antecipadas/Parcelamentos	-5.352.849,16	-5.352.849,16	0,00%	
	107.909.702,97	107.909.702,97	0,00%	
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social	350.000,00	350.000,00	0,00%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-55.661.546,27	-55.669.910,60	0,02%	
	-55.311.546,27	-55.319.910,60	0,02%	c
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>105.381.849,06</b>	<b>106.285.348,59</b>	<b>0,9%</b>	

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

## 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no balancete mensal fornecido pela Recuperanda, para os meses de Outubro e Novembro de 2020. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	out-20	nov-20	Variação	Ref.
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.603.921,64</b>	<b>1.543.506,56</b>	<b>-3,77%</b>	
<b>(-) DEDUÇÕES</b>	<b>-309.408,17</b>	<b>-308.175,45</b>	<b>-0,40%</b>	
CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES	-75.533,23	-82.761,00	9,57%	
TRIBUTOS S/ VENDAS E SERVICOS	-233.874,94	-225.414,45	-3,62%	
<b>(=) RECEITA LIQUIDA</b>	<b>1.294.513,47</b>	<b>1.235.331,11</b>	<b>-4,57%</b>	
<b>(-) CPV/CMV</b>	<b>-672.490,91</b>	<b>-642.728,04</b>	<b>-4,43%</b>	
<b>(=) LUCRO BRUTO</b>	<b>622.022,56</b>	<b>592.603,07</b>	<b>-4,73%</b>	
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-623.912,59</b>	<b>-874.450,24</b>	<b>40,16%</b>	<b>d</b>
DESPESAS COM VENDAS	-6.971,14	-359.518,20	5057,24%	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-616.941,45	-514.932,04	-16,53%	
<b>(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO</b>	<b>-1.890,03</b>	<b>-281.847,17</b>	<b>14812,31%</b>	
<b>(+/-) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>13.238,08</b>	<b>1.203,01</b>	<b>-90,91%</b>	<b>e</b>
<b>(+/-) RESULTADOS FINANCEIRO</b>	<b>-95.172,86</b>	<b>-77.354,36</b>	<b>-18,72%</b>	
<b>(=) RESULTADO ANTES DA CSLL E IR</b>	<b>-83.824,81</b>	<b>-357.998,52</b>	<b>327,08%</b>	
<b>PROV. P/IR, CONT.SOCIAL</b>	<b>-8.218,79</b>	<b>124.327,19</b>	<b>-1612,72%</b>	<b>f</b>
<b>(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO</b>	<b>-92.043,60</b>	<b>-233.671,33</b>	<b>153,87%</b>	

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

## NOTAS:

- a) No mês de Novembro/2020 a Recuperanda realizou a transferência do valor de **R\$ 4,438 milhão do Ativo Imobilizado** para o Subgrupo de **Outros Créditos**, sendo a principal causa do aumento de **33,27%** do saldo deste subgrupo em relação ao mês anterior. Conforme informações do Contador responsável, **Sr. Alessandro Pimenta**, o ajuste contábil foi necessário devido a contabilização incorreta de direito cedido a B.D. Vest que havia sido contabilizado indevidamente no Ativo Imobilizado nos meses anteriores.
- b) Verifica-se uma redução dos valores originais do **Ativo Imobilizado** na ordem de **65,07%**, referente a transferência de saldo contabilizado indevidamente nos meses anteriores para o subgrupo de **Outros Créditos (ver nota anterior)**, no montante de **R\$ 4,438 milhão**, relativo as contas de *Sala Comerciais (R\$ 3,803 milhão) e Salão Industrial (R\$ 635 mil)*.
- c) Ressaltamos que os demonstrativos do **Grupo Osmoze** apresentam-se sem a transferência do resultado acumulado do ano de 2020 para o **Patrimônio Líquido**, que até **30/11/2020** apresenta um **prejuízo anual de R\$ 3.182.999,45**, precisamente a diferença existente entre o **Ativo e Passivo**. Assim, o **Patrimônio Líquido negativo** ajustado nesta data seria de **R\$ 58.503.910,05**.
- d) Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**, precisamente a conta de *Perdas no Recebimento de Crédito* no valor de **R\$ 217 mil**, incorrendo na redução verificada no saldo do mês anterior.
- e) A Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**, tendo como principal contribuinte as contas de *Dação em Pagamento C/Imobilizado (R\$ 11,45 mil) e Venda de Maq. Equip. Informática (R\$ 1,19 mil)*.
- f) Conforme informações do **Sr. Alessandro Pimenta**, Contador responsável pelo Grupo Osmoze, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

### 4.3 ATIVO IMOBILIZADO

Complementar as informações apresentadas no item anterior, apresenta-se a seguir a posição do Imobilizado da Recuperanda em 30/11/2020, demonstrada de forma analítica:

#### ATIVO IMOBILIZADO DO GRUPO OSMOZE EM 30/11/2020

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	EQUIPAMENTOS DE INFORM. E PROC. DE DADOS	COMPUTADORES E PERIFERICOS	61.632,92	0,00	0,00	61.632,92
		CONSORCIO EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
		EQUIPAMENTO E MATERIAIS DE INFORMATICA	1.130.857,61	0,00	0,00	1.130.857,61
		<b>Total Equipamentos de Inform. E Proc. De Dados</b>	<b>1.192.490,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.192.490,53</b>
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	IMÓVEIS	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES TERCEIROS	2.132.324,74	0,00	0,00	2.132.324,74
		SALAO INDUSTRIAL	635.312,36	0,00	635.312,36	0,00
		SALAS COMERCIAIS	3.803.593,53	0,00	3.803.593,53	0,00
		TERRENOS	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
		<b>Total Imóveis</b>	<b>6.821.230,63</b>	<b>0,00</b>	<b>4.438.905,89</b>	<b>2.382.324,74</b>
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	0,00	0,00	0,00	0,00
		MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.105.043,04	0,00	0,00	3.105.043,04
		<b>Total Máquinas, Equipamentos e Ferramentas</b>	<b>3.105.043,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.105.043,04</b>
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	MÓVEIS, UTENSÍLIOS E INSTALAÇÕES	INSTALACOES COMERCIAIS	12.200,00	0,00	0,00	12.200,00
		MOVEIS, UTENSILIOS E INSTLACOES	1.370.310,06	0,00	0,00	1.370.310,06
		<b>Total Móveis, Utensílios e Instalações</b>	<b>1.382.510,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.382.510,06</b>

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	VEÍCULOS	VEICULOS ADQ COM CONS/ LEASING	0,00	0,00	0,00	0,00
		VEICULOS COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
		VEICULOS COMERCIAIS, UTILITARIOS E CARGA	778.579,76	0,00	0,00	778.579,76
		<b>Total Veículos</b>	<b>778.579,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>778.579,76</b>
GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
IMOBILIZADO	DEPRECIACÕES	(-) DEPREC DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	-332.834,63	0,00	318,09	-333.152,72
		(-) DEPREC DE IMOVEIS	-706.780,34	0,00	7.089,13	-713.869,47
		(-) DEPREC DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-1.149.793,13	0,00	23.687,48	-1.173.480,61
		(-) DEPREC DE MOVEIS, UTENS E INSTAL	-864.441,06	0,00	10.498,62	-874.939,68
		(-) DEPREC DE VEICULOS	-778.579,06	0,00	0,00	-778.579,06
		(-) DEPRECIACAO DE APARELHOS E EQUIP TEL	0,00	0,00	0,00	0,00
		(-) DEPRECIACAO DE PROGAMAS - SOFTWARES	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>Total Depreciações</b>	<b>-3.832.428,22</b>	<b>0,00</b>	<b>41.593,32</b>	<b>-3.874.021,54</b>
		<b>TOTAL ATIVO IMOBILIZADO EM 30/11/2020</b>	<b>9.447.425,80</b>	<b>0,00</b>	<b>4.480.499,21</b>	<b>4.966.926,59</b>

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

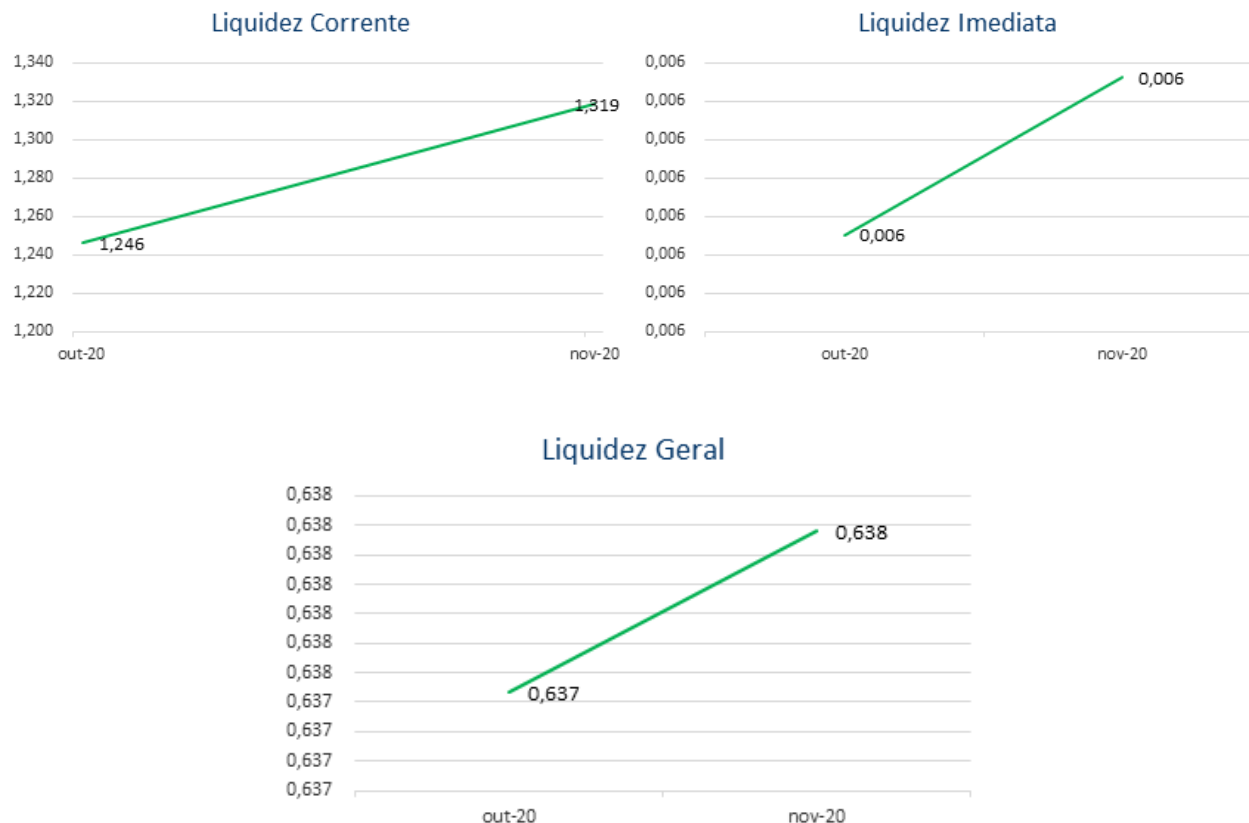
## 4.4 ÍNDICES FINANCEIROS

Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade da Recuperanda. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	65.774.734,35	1,246	70.800.734,57	1,319
	Passivo Circulante	52.783.692,36		53.695.556,22	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	330.979,63	0,006	341.110,29	0,006
	Passivo Circulante	52.783.692,36		53.695.556,22	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	102.431.520,94	0,637	103.101.349,14	0,638
	Passivo Circulante + Não Circulante	160.693.395,33		161.605.259,19	

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.



O **índice de liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O **índice de liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O **índice de liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

Analisando os índices de outubro e novembro de 2020, verifica-se que Recuperanda apresentou aumento em todos os índices: **Liquidez Corrente (5,8%)**, **Liquidez Imediata (1,3%)** e **Liquidez Geral (0,1%)**.

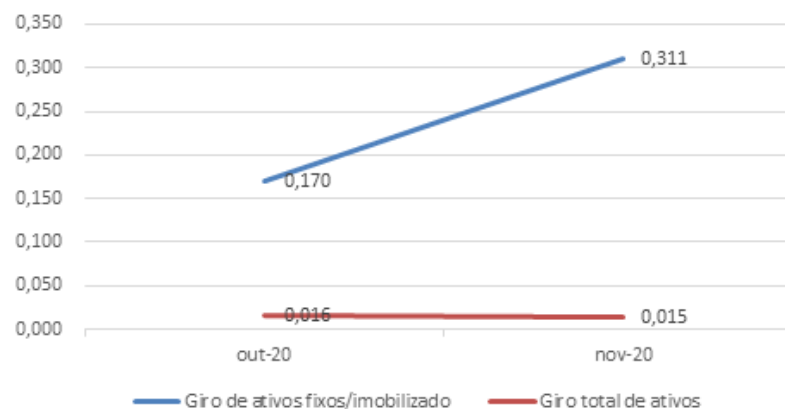
## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

### Índice de gestão de ativo

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	1.603.921,64	0,170	1.543.506,56	0,311
	Ativo Imobilizado	9.447.425,80		4.966.926,59	
Índice de giro total de ativos	Receitas	1.603.921,64	0,016	1.543.506,56	0,015
	Ativo	102.431.520,94		103.101.349,14	

### Índice de Gestão de Ativo



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

O índice de **giro do total de ativos** mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

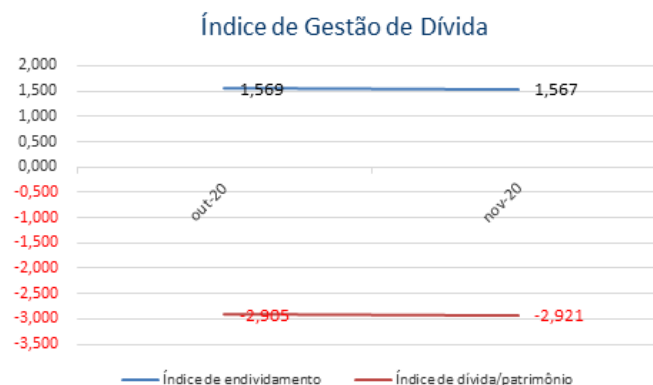
Os índices de Gestão do Ativo apresentaram as seguintes variações no mês de Outubro e Novembro/2020 em relação ao mês anterior: aumento de **83%** no índice de **Giro de Ativos Fixos/Imobilizado** e **redução de 4,4%** no índice de **Giro Total de Ativos**.

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

### Índice de gestão de dívida

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	160.693.395,33	1,569	161.605.259,19	1,567
	Ativo	102.431.520,94		103.101.349,14	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	160.693.395,33	-2,905	161.605.259,19	-2,921
	Patrimônio Líquido	-55.311.546,27		-55.319.910,60	



O índice de **endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se uma melhora nos índices de **Endividamento** quando comparado os meses de Outubro e Novembro/2020, pois houve uma redução de **0,1%** se comparado com o último período, contudo esse reflexo tem relação direta com os ajustes contábeis que a recuperanda necessita realizar nos próximos meses, não sendo um indicativo representativo neste momento.

Porém o índice de **Dívida/Patrimônio** apresentou aumento de **0,6%**.

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

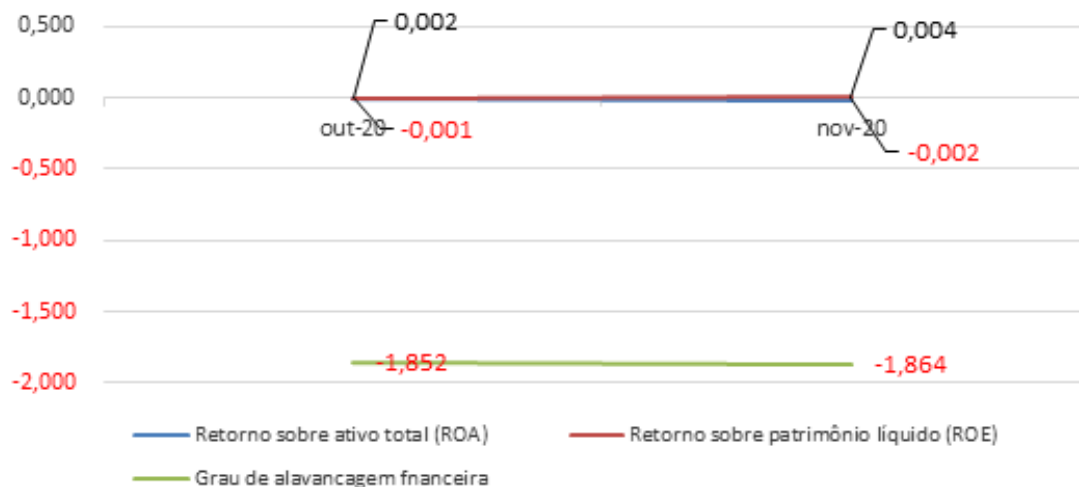
## Índice de lucratividade e rentabilidade

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-92.043,60	-0,057	-233.671,33	-0,151
	Receita de Vendas	1.603.921,64		1.543.506,56	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-1.890,03	-0,001	-281.847,17	-0,183
	Receita de Vendas	1.603.921,64		1.543.506,56	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	622.022,56	0,481	592.603,07	0,480
	Receita Operacional Líquida	1.294.513,47		1.235.331,11	
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-1.890,03	-0,000	-281.847,17	-0,003
	Ativo	102.431.520,94		103.101.349,14	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-92.043,60	-0,001	-233.671,33	-0,002
	Ativo	102.431.520,94		103.101.349,14	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-92.043,60	0,002	-233.671,33	0,004
	Patrimônio Líquido	-55.311.546,27		-55.319.910,60	
Grau de alavancagem financeira	ROE	0,002	-1,852	0,004	-1,864
	ROA	-0,001		-0,002	

## Informações Financeiras

Em Novembro/2020 as **Despesas Operacionais** apresentaram um aumento de aproximadamente **40%** em relação ao mês de Outubro/2020, ocasionado principalmente pela regularização de despesas contabilizadas indevidamente no mês de Outubro no subgrupo de **Despesas com Vendas**. Ainda, a Recuperanda apresentou redução de aproximadamente **91%** no seu **Resultado Não Operacional**, em decorrência do registro no mês de Outubro/2020 de **Outras Receitas** no valor de **R\$ 13,23 mil**. Não obstante, a Recuperanda tem se creditado mensalmente de **Impostos a Recuperar** relativo ao **IRPJ e CSLL**, gerando uma receita adicional que no mês de Novembro/2020 registrou-se o valor de **R\$ 124,32 mil**.

### Índice de Lucratividade e Rentabilidade



O retorno **sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Analisando os indicadores dos meses de Outubro e Novembro/2020, verificamos que os mesmos não apresentam resultados positivos, devendo, portanto, que a Recuperanda avalie suas operações a fim de garantir resultados melhores nos próximos períodos.

---

## 5. *ENDIVIDAMENTO*

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Endividamento

Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**. Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94 (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)**.

### 5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

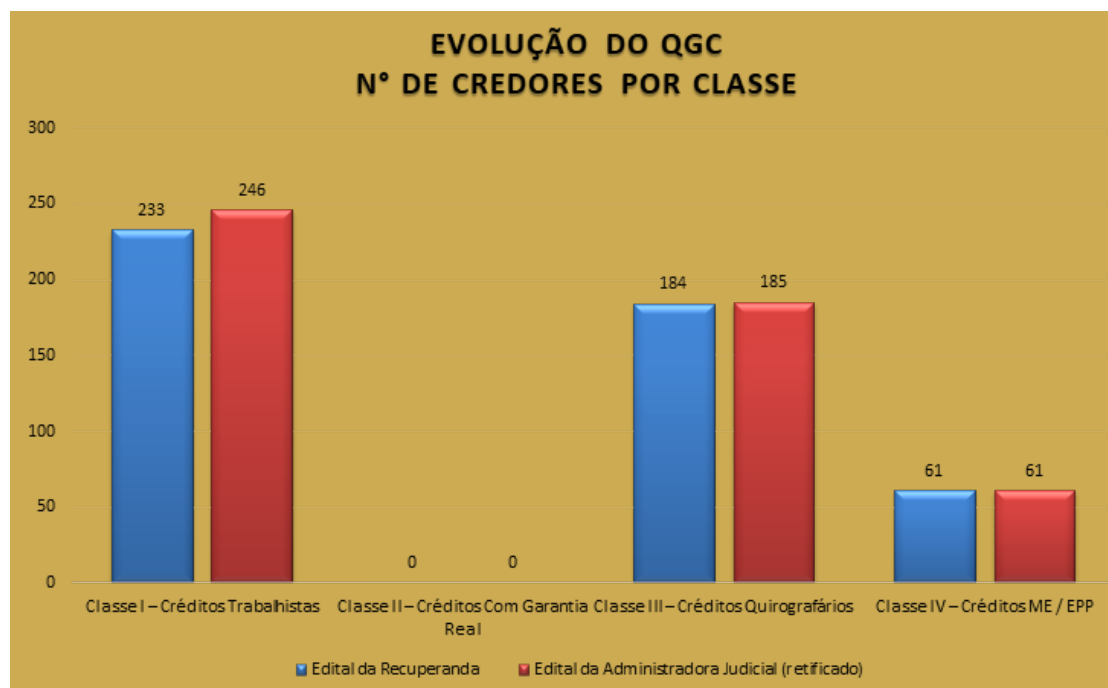
No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou, nos movs. 1.109, 1.110 e 1.111, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$58.192.364,38 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**. No mov. 395.2, o Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, totalizando o importe de **R\$ 70.523.775,57 (setenta milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos)**. Após analisadas as Impugnações e Habilitações de Crédito, o antigo Administrador Judicial apresentou, no mov. 1097, a Relação de Credores Retificada, no valor de **R\$ 51.249.475,94 (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)**. Contudo, até a presente data, o Quadro Geral de Credores não restou homologado. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal da relação por classe de credores:

Classe	Moeda	Edital da Recuperanda		Edital da Administradora Judicial (art. 7º, §2º, LFRJ)		Edital da Administradora Judicial Retificado		Variação	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	233	932.418,84	240	1.202.832,75	246	1.397.167,52	13	464.748,68
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	184	53.910.878,74	184	65.545.459,42	185	46.015.096,86	1	7.895.781,88
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	61	3.349.066,80	61	3.775.483,40	61	3.837.211,56	-	488.144,76
<b>Total</b>		<b>478</b>	<b>58.192.364,38</b>	<b>485</b>	<b>70.523.775,57</b>	<b>492</b>	<b>51.249.475,94</b>	<b>14</b>	<b>6.942.888,44</b>

Fonte: Edital da Recuperanda e Edital do Administrador Judicial.

## Endividamento

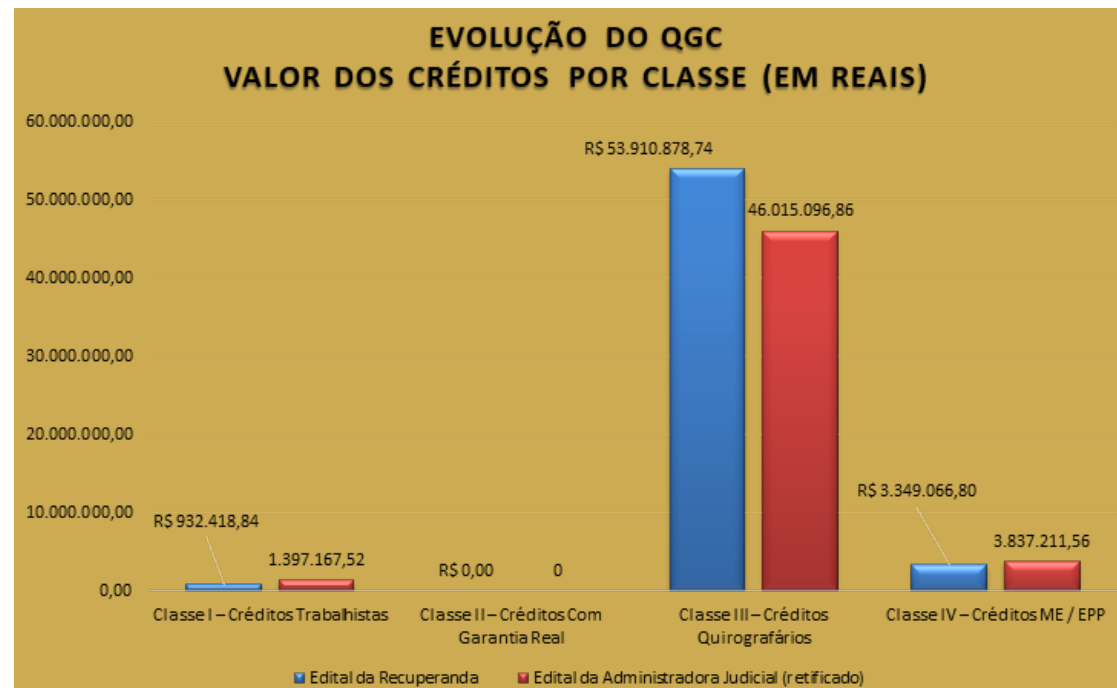
Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38** (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94** (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).



Fonte: Relação de Credores movs. 1.109, 1.110 e 1.111

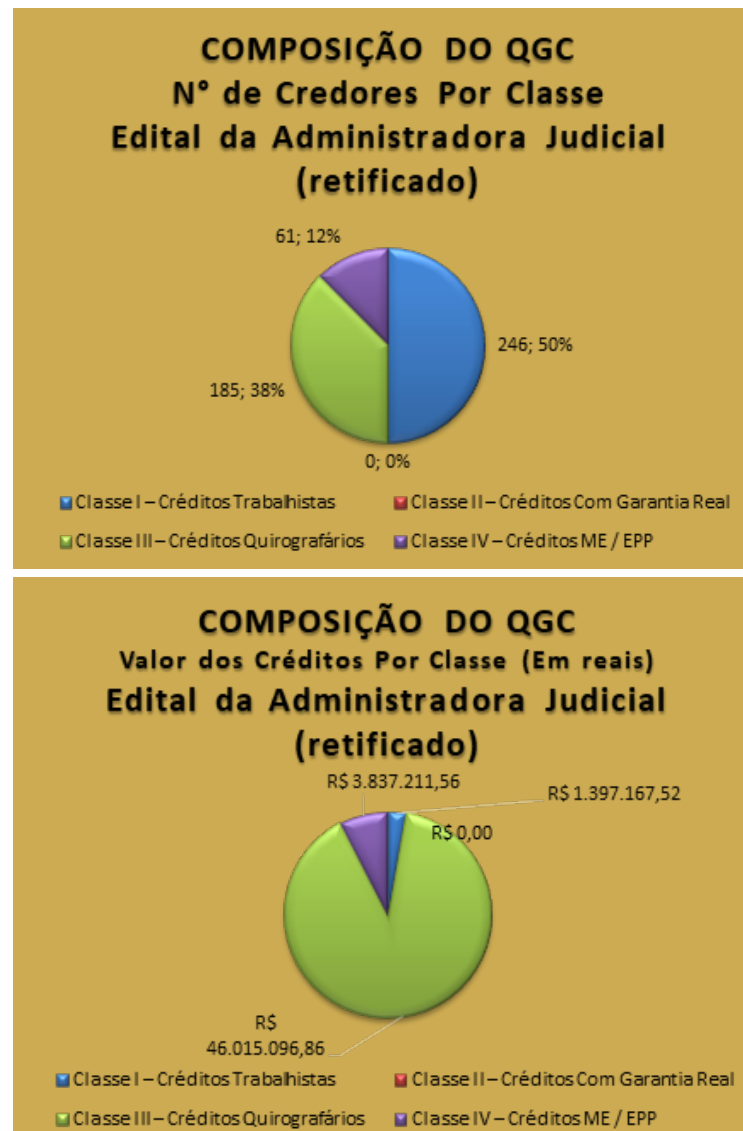
## Endividamento

Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38** (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94** (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).



## Endividamento

Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38** (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94** (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).



Fonte: Relação de Credores movs. 1.109, 1.110 e 1.111

## Endividamento

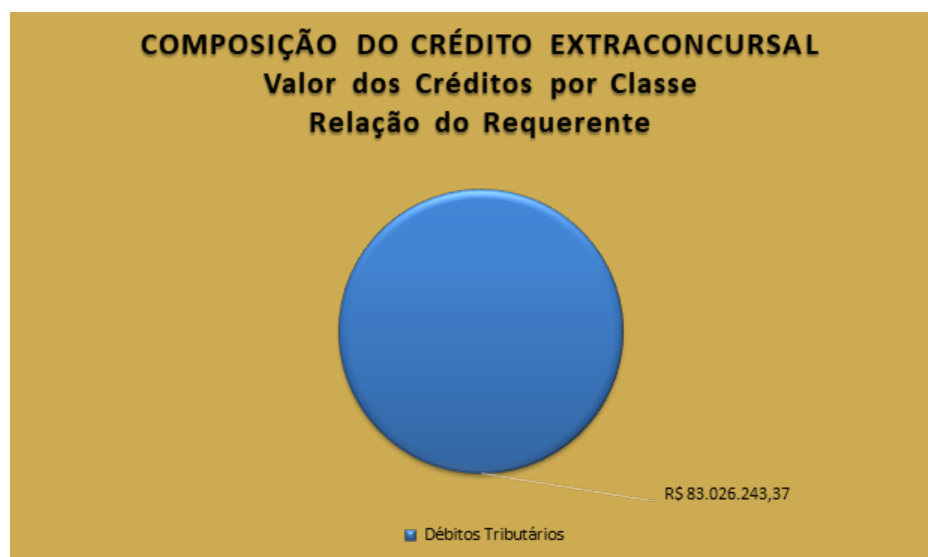
Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38** (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94** (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

## 5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em conato direto pela Administradora Judicial com a Recuperanda, foi solicitada a relação de credores não concursais, para a elaboração do presente Relatório Mensal de Atividades. A seguir, apresenta-se a composição dos créditos classificados como não concursais:

Natureza do Crédito Extraconcursal	Moeda	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Débitos Tributários	BRL	4	83.026.243,37
Contratos de Alienação Fiduciária	BRL	-	-
Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios	BRL	-	-
Arrendamentos Mercantis	BRL	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	BRL	-	-
Obrigação de Fazer, de Dar e/ou de Entregar	BRL	-	-
Obrigações Ilíquidas	BRL	-	-
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>83.026.243,37</b>

Fonte: Informações apresentadas pela Recuperanda.



Fonte: Informações apresentadas pela Recuperanda.

## Endividamento

Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38** (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94** (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).



Fonte: Informações apresentadas pela Recuperanda.

## Endividamento

Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38** (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94** (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

### 5.2.1 Débitos Tributários

A Recuperanda apresentou diretamente a esta Administradora Judicial Relatório de Diagnóstico Fiscal na Receita Federal emitido através do portal e-CAC em 14/12/2020 onde é possível constatar: Pendências de entrega de declarações do exercício de 2018; Pendências de Débitos relativo ao exercício de 2020; Pendência de Processo Fiscal; Processo de Arrolamento de Bens e Débitos com Exigibilidade Suspensa, oportunidade em que fora constatada a existência de débitos fiscais.

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS</b>	OBRIGACOES COM PESSOAL	573.302,28
	OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS	3.377.011,59
	PROVISÕES	302.032,47
<b>Total Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias</b>		<b>4.252.346,34</b>
GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	TRIBUTOS ESTADUAIS A RECOLHER	20.349.365,88
	TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNIC. A RECOLHER	5.957.590,38
	TRIBUTOS FEDERAIS A RECOLHER	1.706.207,70
	TRIBUTOS PARCELADOS	8.092.947,36
	DESPESAS A APROPRIAR S/PARCELAMENTOS	42.667.785,71
<b>Total Obrigações Tributárias</b>		<b>78.773.897,03</b>
<b>Total Geral Débitos em 30/11/2020</b>		<b>83.026.243,37</b>

Fonte: Posição elaborada pelo Grupo OSOZE em 30/11/2020 – Balancete Contábil

## Endividamento

Distribuída a Recuperação Judicial, a Recuperanda apresentou sua relação nominal de credores (art. 51, III LFRJ), no montante de **R\$ 58.192.364,38 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**. Retificada a relação do art. 7º, §2º LFRJ, o AJ apresentou o valor do débito, de **R\$ 51.249.475,94 (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)**.

### **5.2.2 Contratos de alienação fiduciária**

Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca da existência desse tipo de débito não sujeito a recuperação judicial.

### **5.2.3 Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios**

Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca da existência desse tipo de débito não sujeito a recuperação judicial.

### **5.2.4 Arrendamentos mercantis**

Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca da existência desse tipo de débito não sujeito a recuperação judicial.

### **5.2.5 Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)**

Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca da existência desse tipo de débito não sujeito a recuperação judicial.

### **5.2.6 Obrigação de fazer, obrigação de dar e obrigação de entregar**

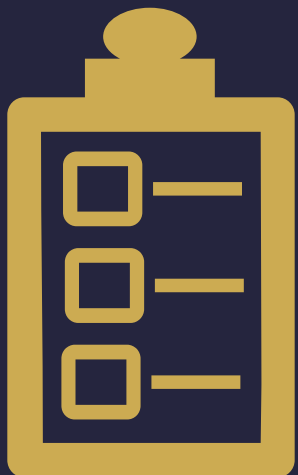
Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca do contrato em pauta.

### **5.2.7 Obrigações ilíquidas**

Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca da existência desse tipo de débito não sujeito a recuperação judicial.

### **5.2.8 Créditos pós ajuizamento da RJ (fiscal, trabalhista e outros)**

Até o presente momento, não foram apresentadas, pela empresa Recuperanda, quaisquer informações acerca da existência desse tipo de débito não sujeito a recuperação judicial.



---

## *6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL*

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO  
6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO  
6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

## Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pela Recuperanda no mov. 384 e seu Aditivo, no mov. 1255.2, expondo os meios de recuperação que pretende adotar, visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ.

### 6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou o PRJ no seq. 384 e seu Aditivo no seq. 1255.2, expondo os meios de recuperação que pretende adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue a síntese dos referidos meios:

### 6.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial e Aditivo apresentados nos movs. 384 e 1255.2, apresenta-se, na sequência, uma síntese da forma de pagamento proposta pela Recuperanda, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	Pagamento no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	12 (doze) parcelas mensais.	-	Sem deságio
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-
Classe III Créditos Quirografários	-	23 (vinte e três) meses, após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	157 (cento e cinquenta e sete) parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Atualização mensal do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR), acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data da parcela a ser paga, aplicando-se a taxa de juros remuneratório de 2,0% a.a. (dois por cento) ao ano, após a correção monetária.	Deságio correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor total da dívida.

## Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pela Recuperanda no mov. 384 e seu Aditivo, no mov. 1255.2, expondo os meios de recuperação que pretende adotar, visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ.

Classe IV Créditos ME / EPP	-	23 (vinte e três) meses, após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	157 (cento e cinquenta e sete) parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Atualização mensal do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR), acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data da parcela a ser paga, aplicando-se a taxa de juros remuneratório de 2,0% a.a. (dois por cento) ao ano, após a correção monetária.	D e s á g i o correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor total da dívida.
-----------------------------------	---	---	---	---	---

### 6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Cumprе salientar que diante da ausência de tempo hábil para esta Administradora Judicial consolidar das informações quanto aos pagamentos realizados nos moldes do Plano de Recuperação Judicial pela empresa Recuperanda, frente ao volume de movimentação processual e incidentes processuais, ressalta-se que esta Administradora promoverá a consolidação da Relação Nominal de Credores realizando as retificações necessárias, bem como apuração pormenorizada dos valores e parcelas adimplidas pela Recuperanda, o qual será devidamente detalhado em sede de Relatório de Cumprimento de Plano de Recuperação Judicial, em momento oportuno.

---

# 7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 7.1 DADOS PROCESSUAIS
- 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL
- 7.3 RECURSOS
- 7.4 INCIDENTES PROCESSUAIS
- 7.4 CRONOGRAMA PROCESSUAL



## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

## 7.1 DADOS PROCESSUAIS

Nos termos da Recomendação nº 72, apresenta-se na sequência um apontamento sobre a duração dos prazos processuais, considerando-se em dias corridos para todas as respostas:

Item da Recomendação 72	Descrição do Item	Resposta	Referência
Item 2.3.1	A devedora é: ( ) empresa de pequeno porte EPP; ( ) microempresa (ME); ( ) empresa média; ( ) empresa grande; ( ) grupos de empresas; (X) empresário individual.	A devedora é empresa individual e possui diversas filiais.	Mov. 1.39
Item 2.3.2	Houve litisconsórcio ativo: ( ) sim (X) não (Em caso positivo, ____ (indicar número) litisconsortes ativos e o Plano de recuperação foi ( ) unitário ( ) individualizado)	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado apenas pela empresa B D Vest Confeccões Eireli.	Mov. 1.1
Item 2.3.3	Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo: tributário ( ) sim ( x ) não / demais créditos excluídos da RJ: ( ) sim ( x ) não	Foi juntada relação de credores dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, no mov. 1.109 a 1.111, não sendo indicado o passivo fiscal.	Mov. 1.109 / 1.110 / 1.111
Item 2.3.4	Houve realização de constatação prévia: ( ) sim (X) não (Em caso positivo) a constatação foi concluída em ____ dias	Não houve determinação de constatação prévia pelo juízo.	-
Item 2.3.5	O processamento foi deferido (x) sim ( ) não (Em caso positivo, em quanto tempo? 05 dias desde a distribuição da inicial. Houve emenda da inicial? ( ) sim ( x ) não (Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar: ( ) indeferimento para todos os litisconsortes; ( ) indeferimento para ____ (indicar número) litisconsortes, indicar fundamento legal para indeferimento)	A petição inicial foi distribuída 07/12/2016 e o processamento foi deferido no dia 13/12/2016, após 5 dias.	Mov. 14

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Item 2.3.6.1	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 114 dias	A Recuperação Judicial foi distribuída em data de 07/12/2016 e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial foi apresentada em data de 31/03/2017, após 114 dias.	Mov. 395.2
Item 2.3.6.2	Qual o tempo decorrido entre: a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 108 dias	A decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi proferida em data de 13/12/2016, e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial, em data de 31/03/2017, após 108 dias.	Mov. 14 e 395.2
Item 2.3.6.3	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: 217 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 07/12/2016 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 20/10/2017, após 217 dias.	Mov. 1286.2
Item 2.3.6.4	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: 217 dias.	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 07/12/2016 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 20/10/2017, que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, após 217 dias.	Mov. 1286.2

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Item 2.3.6.5	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores; 217 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 07/12/2016 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 20/10/2017, que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, após 217 dias.	Mov. 1286.2
Item 2.3.6.6	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano); 453 dias	A Decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda foi proferida em 05/03/2018, após 453 dias.	Mov. 1415
Item 2.3.6.7	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a convalidação em falência: em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; ___ dias (indicar número) e em caso de recuperação judicial concedida; 453 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi distribuído em data de 07/12/2016 e a Recuperação Judicial foi concedida em data de 05/03/2018, transcorrido 453 dias entre um evento e outro.	Mov. 560
Item 2.3.6.8	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; 108 dias	A Recuperação Judicial foi distribuída em data de 07/12/2016 e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial foi apresentada em data de 31/03/2017, após 108 dias.	Mov. 395.2
Item 2.3.6.9	Qual o tempo decorrido entre: a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; 311 dias	A suspensão foi determinada em 13/12/2016 (seq. 14), tendo sido deferida a prorrogação no mov. 875 (29/08/2017) até a data da realização da AGC, que aprovou o Plano de Recuperação em 1ª Convocação, em data de 20/10/2017.	Mov. 14, 875 e 1286

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Item 2.3.6.10	O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência); ____ dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.7	Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58 §1º da Lei 11.101/05 (cram down): ( ) sim ( x ) não	O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado nos termos do art. 45 da LFRJ (100 % da classe I, 79,52% dos presentes da classe III, equivalente a 83,67% do total do crédito, e de 100% da classe IV).	Mov. 1286.2

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Item 2.3.8	Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: (x) sim ( ) não. Em caso positivo, o plano foi: ( ) mantido integralmente ( x ) mantido em parte ( ) anulado	Interposição de Agravo de Instrumento pelo credor Lecca Comercial LTDA (0012407-90.2018.8.16.0000) que foi parcialmente provido, tornando sem efeito a Cláusula 11.3 do PRJ no que se refere ao encerramento do processo de RJ, com trânsito em julgado em 11/10/2018. Também foi interposto recurso de Agravo de Instrumento pela Recuperanda (0012554-19.2018.8.16.0000) no mov. 1630.2, questionando o magistrado a quo que afastou do PRJ a cláusula de suspensão da exigibilidade contra os garantidores, ainda em sede de REsp (0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 7 - Recurso Especial Cível) e, portanto, sem o trânsito em julgado. Por fim, foi interposto AI pelo credor Banco do Brasil S/A (0012917-06.2018.8.16.0000), mov. 1652.2, o qual restou desprovido, ocorrendo o trânsito em julgado em 22/11/2018.	Mov. 1630.2 e 1652.2
Item 2.3.9	Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): ( ) sim (x) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10	Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: ( ) sim (X) não	Evento não ocorrido.	-

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Item 2.3.10.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, o leilão foi realizado: ( ) antes ( ) depois ( ) antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.2	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: ( ) sim ( ) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: ( ) autorizada ( ) rejeitada	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.11	Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: ( ) sim ( ) não (Em caso positivo, a alienação foi realizada: ( ) antes (X) depois ( ) antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.12	Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: ( ) sim (X) não (Em caso positivo, houve a outorga de garantia real ( ) sim ( ) não) e (Em caso de outorga, a garantia constituída foi ( ) alienação fiduciária ( ) cessão fiduciária ( ) hipoteca ( ) penhor ( ) outro direito real de garantia)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13	Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial ( ) sim (X) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o pedido foi formulado: ____ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial e (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial	Evento não ocorrido.	-

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Itens 2.3.13.2 e 2.3.13.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o plano modificativo foi: ( ) aprovado ( ) rejeitado e em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ____ (indicar número) dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.14	Indique a razão da convolação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.15	Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: ( ) sim ( x ) não (Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.15.2	Indicar o valor total da remuneração fixada ao Administrador Judicial	Montante total de R\$ 836.377,98 (oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).	Mov. 420 e 1415

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

## 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL

A empresa ajuizou seu pedido de Recuperação Judicial no dia 07/12/2016, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
17/06/2020	Decisão que determina de ofício a suspensão temporária das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial desde a data da decretação de estado de calamidade pública até a data em que perdurar sua vigência, ou até dia 31 de dezembro de 2020, caso sobrevenha aprovação do Projeto de Lei nº 1.397/2020.	2213.1
06/07/2020	Oposição de Embargos de Declaração pelo Credor Itaú Unibanco S.A. em face da decisão de mov. 2213.1, diante da alegação de omissão quanto a demonstração da Recuperanda de sua real situação financeira.	2415.1
10/07/2020	Oposição de Embargos de Declaração pelo Credor Gávea Securitizadora S.A. em face da decisão de mov. 2213.1, diante da alegação de omissão quanto a necessidade de intimação da empresa Recuperanda para que demonstre sua real capacidade de recuperação e pagamento dos credores.	2430.1
21/07/2020	Fazenda Nacional reitera os pedidos formulados em seus petições ulteriores (mov. 1179, 1852, 2200), de convalidação da Recuperação Judicial em Falência ou, subsidiariamente, o afastamento do administrador da empresa Recuperanda, nomeando-se um gestor judicial, bem como o afastamento do Administrador Judicial com nomeação de novo profissional para continuidade dos trabalhos.	2470.1
05/08/2020	Decisão que conhece os Embargos de Declaração opostos pelos credores Itaú Unibanco S.A. e Gávea Securitizadora S.A., e julga-os improcedentes, diante da inexistência da omissão alegada. Ademais, indefere o requerimento da Fazenda Nacional (mov. 2470.1), visto que a Recuperanda vinha cumprido o Plano de Recuperação Judicial e, ainda, por não ser cabível tal medida diante do inadimplemento de débitos fiscais, pela ausência de previsão no art. 6º, §º da LFRJ. No mesmo sentido, a MM. Magistrada indefere o pedido de destituição e substituição do AJ, por não vislumbrar a prática de atos transgressão à preceitos legais.	2504
28/09/2020	Interposição de recurso de Agravo de Instrumento pelo Credor Itaú Unibanco S.A. contra a decisão de mov. 2213.1 e 2504.1.	2749
02/10/2020	Decisão monocrática proferida no Agravo de Instrumento nº 0057712-29.2020.8.16.0000 (mov. 13.1), interposto pelo Credor Itaú Unibanco S.A., em que defere efeito suspensivo ao recurso, reestabelecendo assim a exigibilidade do Plano de Recuperação Judicial.	-

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

19/10/2020	Requerimento formulado pelo antigo Administrador Judicial de substituição para desempenho do múnus, diante da impossibilidade de continuidade dos trabalhos pela alteração do seu endereço residencial para outro estado federativo. Ainda, informa que diante dos valores pagos pela Recuperanda diretamente ao AJ durante o tempo em que esteve em assunção do encargo, dá como quitado sua remuneração e de seus auxiliares.	2833.1
12/11/2020	Requerimento de suspensão de pagamento do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, durante o estado de calamidade pública, ou até 31 de dezembro de 2020.	2838.1
13/11/2020	Juntada de Relatório Mensal de Atividades da Recuperanda, pelo antigo Administrador Judicial, de competência dos meses 08, 09 e 10/2020.	2839
24/11/2020	Decisão que indefere os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional. Ainda, defere o pedido de substituição do antigo Administrador Judicial, e nomeia para o desempenho do múnus o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia, razão pela qual determina a intimação do antigo AJ para que preste contas dos valores referentes a honorários recebidos.	2841.1
24/11/2020	Decisão que determina a realização de diligências para o fim de proceder com a avaliação de 50% da marca SIX ONE, em cumprimento a determinação exarada pelo Desembargador Relator do Recurso de Agravo de Instrumento nº 003386-22.2020.8.16.0000.	2843.1
27/11/2020	Intimação do Perito Sr. Arnaldo Reinaldo Richter Filho, para que se manifeste acerca da aceitação do encargo acerca da avaliação da marca SIX ONE.	2932.1
30/11/2020	Expedição de Termo de Compromisso da nova Administradora Judicial.	3025.1
30/11/2020	Declínio da função pelo perito nomeado, Sr. Arnaldo Reinaldo Richter Filho, diante da necessidade de conhecimento técnico específico os quais não possui.	3036.1
30/11/2020	Intimação do novo Perito, Sr. Aderbal Nicolas Müller, para que se manifeste acerca da aceitação do encargo acerca da avaliação da marca SIX ONE.	3048.1
01/12/2020	Aceitação exarada pela nova Administradora Judicial para desempenho do múnus, apresentado para tanto, o Termo de Compromisso devidamente assinado.	3064
01/12/2020	Prestação de contas finais pelo antigo Administrador Judicial.	3077.1
02/12/2020	Credora Thalita Estavam Guimarães reitera os pedidos formulados em seu ulterior petitório de mov. 2203.	3082.1
08/12/2020	Juntada de decisão monocrática de Agravo de Instrumento nº 1646425-6.	3237

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

11/12/2020	Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional, em que alega a existência de omissão na decisão de mov. 2843, quanto ao seu pedido formulado em petição de mov. 2735 de encerramento da Recuperação Judicial em razão do decurso do prazo previsto pelo art. 61 a 63 da Lei 11.101/2005.	3251.1
14/12/2020	Aceitação o Perito Sr. Arnaldo Reinaldo Richter Filho, para realização de avaliação da marca SIX ONE, bem como apresentação de sua proposta de honorários.	3258.1
17/12/2020	Apresentação de proposta de honorários pela Administradora Judicial.	3325.1
18/12/2020	Manifestação Recuperanda em que anui com a proposta de honorários da Administradora Judicial.	3326.1

### 7.3 RECURSOS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam ou tramitaram neste juízo ou instâncias superiores, contra a Recuperanda outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento n° 0039766-49.2017.8.16.0000	B. D. Vest Confeccões EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão (mov.1245.1) que determinou a apresentação de certidões negativas de débitos tributários pela Recuperanda, razão pela qual requereu a reforma da decisão para que seja dispensada de apresentação das referidas certidões e, subsidiariamente, seja concedido o prazo de 180 dias ou até o deferimento dos pedidos de parcelamento de débitos federais. Em decisão monocrática (mov. 5.1) o pedido de tutela recursal foi deferido, dilatando o prazo para apresentação das certidões em 180 dias. Recurso não conhecido pelo Desembargador Relator (mov. 51.1). Transitado em julgado em data de 11/10/2018.
Agravo de Instrumento n° 0044476-15.2017.8.16.0000	B. D. Vest Confeccões EIRELI X China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A	Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela, interposto em face da decisão (mov. 1302) que indeferiu o pedido de prorrogação do stay period. Tutela recursal indeferida pelo Desembargador Relator (mov. 9.1). Recurso não conhecido pelo Desembargador Relator (mov. 35.1), devido a perda de objeto. Transitado em julgado em 01/11/2019.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Embargos de Declaração nº 0044476-15.2017.8.16.0000 ED 1	B. D. Vest Confeções EIRELI X China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A	Embargos de Declaração oposto em face da decisão liminar (mov. 9.1), sob a alegação de existência de obscuridade. Rejeitado embargos de declaração (mov. 4.1). Transitado em julgado em 01/11/2019.
Agravo Interno nº 0044476-15.2017.8.16.0000 Ag 2	B. D. Vest Confeções EIRELI X China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A	Agravo Interno interposto contra a decisão de não conhecimento do recurso originário. Recurso não provido (mov. 42.1). Transitado em julgado em 01/11/2019.
Agravo de Instrumento nº 0009462-33.2018.8.16.0000	B. D. Vest Confeções EIRELI X Be Eight Indústria e Comércio de Roupas Ltda	Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela, interposto em face da decisão (mov. 1391) que entendeu necessário a realização de reforço de caução pela Recuperanda para a liberação dos valores depositados nos autos nº 0001286-91.2014.8.16.0069 em favor dessa, razão pela qual busca a reforma da decisão para que seja reconhecido a desnecessidade de tal complementação, liberando os valores até o limite da caução prestada. Tutela recursal indeferida pelo Desembargador Relator (mov. 14.1). Recurso não provido (mov. 46.1). Transitado em julgado em 08/11/2019.
Agravo Interno nº 0009462-33.2018.8.16.0000 Ag 1	B. D. Vest Confeções EIRELI X Be Eight Indústria e Comércio de Roupas Ltda	Agravo Interno interposto contra a decisão de não conhecimento do recurso originário. Recurso não provido (mov. 23.1). Transitado em julgado em 08/11/2019.
Recurso Especial nº 0009462-33.2018.8.16.0000 Pet 2	B. D. Vest Confeções EIRELI X Be Eight Indústria e Comércio de Roupas Ltda	Resp. interposto contra o acórdão proferido no recurso de Agravo Interno. Recurso inadmitido (mov. 17.1). Transitado em julgado em 08/11/2019.
Agravo de Instrumento nº 0012407-90.2018.8.16.0000	Lecca Comercial Ltda X B. D. Vest Confeções EIRELI	Agravo de Instrumento interposto contra a decisão de mov. 1415.1, de homologação do Plano de Recuperação Judicial, razão pela qual requer a reforma da decisão a fim de que seja realizado o controle de legalidade, com a consequente declaração de nulidade das cláusulas indicadas. Tutela recursal indeferida pelo Desembargador Relator (mov. 6.1). Recurso provido parcialmente (mov. 32.1), tornando sem efeito a cláusula 11.3 do PRJ. Transitado em julgado em 11/10/2018.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Agravo de Instrumento nº 0012554-19.2018.8.16.0000	B. D. Vest Confeccões EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela, interposto em face da decisão de mov. 1415.1, de homologação do Plano de Recuperação Judicial, buscando a reforma da decisão para que seja declarada a manutenção da cláusula 9.2 que dispõe sobre a suspensão de garantias, bem como reconhecer válida a cláusula 2 do Aditivo do PRJ. Tutela recursal parcialmente deferida pelo Desembargador Relator (mov. 6.1), reestabelecendo a cláusula 9.2 do PRJ. Recurso provido parcialmente (mov. 3122.1), reestabelecendo os efeitos da cláusula 9.2 do PRJ. Acórdão objeto de Recursos Especiais que ainda pendem de julgamento.
Embargos de Declaração nº 0012554-19.2018.8.16.0000 ED 1	Lecca Comercial Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Embargos de Declaração oposto em face da decisão liminar (mov. 6.1), sob a alegação de existência de omissão e contradição. Rejeitado embargos de declaração (mov. 11.1).
Embargos de Declaração nº 0012554-19.2018.8.16.0000 ED 2	N A Fomento Mercantil Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Embargos de Declaração oposto em face do acórdão de mov. 312 proferido no AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000, sob a alegação de existência de obscuridade. Rejeitado embargos de declaração (mov. 13.1).
Recurso Especial nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 3	Banco do Brasil S.A. X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Resp. interposto em face do acórdão de mov. 312 proferido no AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000, buscando sua reforma. Recurso admitido (mov. 10.1). Recurso ainda pende de julgamento.
Embargos de Declaração nº 0012554-19.2018.8.16.0000 ED 4	China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S/A X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Embargos de Declaração oposto em face do acórdão de mov. 312 proferido no AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000, sob a alegação de existência de erro material e omissão. Rejeitado embargos de declaração (mov. 15.1).
Embargos de Declaração nº 0012554-19.2018.8.16.0000 ED 5	B. D. Vest Confeccões EIRELI	Embargos de Declaração oposto em face do acórdão de mov. 312 proferido no AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000, sob a alegação de existência de obscuridade. Rejeitado embargos de declaração (mov. 15.1).
Recurso Especial nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 6	N A Fomento Mercantil Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Resp. interposto em face do acórdão de mov. 312 proferido no AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000, buscando sua reforma. Recurso admitido (mov. 171.1). Recurso ainda pende de julgamento.
Recurso Especial nº 0012554-19.2018.8.16.0000 Pet 7	Lecca Comercial Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Resp. interposto em face do acórdão de mov. 312 proferido no AI nº 0012554-19.2018.8.16.0000, buscando sua reforma. Recurso admitido (mov. 115.1). Recurso ainda pende de julgamento.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Agravo de Instrumento nº 0012917- 06.2018.8.16.0000	Banco do Brasil S.A. X B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento interposto em face da decisão de mov. 1415.1, de homologação do Plano de Recuperação Judicial, buscando a reforma da decisão para que seja declarada a nulidade das disposições referentes a forma de pagamento dos credores. Recurso não provido (mov. 35.1). Transitado em julgado em 22/11/2018.
Agravo de Instrumento nº 0017376- 51.2018.8.16.0000	B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela, interposto em face da decisão de mov. 1625, buscando por sua reforma para que seja declarada a essencialidade do serviço prestado pelos Correios, bem como para que se reconheça a impossibilidade de rescisão do contrato entabulado entre eles durante o trâmite da Recuperação Judicial. Recurso não provido (mov. 23.1). Transitado em julgado em 04/10/2018.
Agravo de Instrumento nº 0046579- 24.2019.8.16.0000	B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela, interposto em face da decisão de mov. 1853, buscando por sua reforma para que seja reconhecido a desnecessidade prestação de caução para liberação dos valores depositados em processos judicial em favor da Recuperanda ou, subsidiariamente, seja reconhecido os bens já ofertados como reforço de garantia. Recurso não conhecido (mov. 15.1), diante da realização de juízo de retratação pela Magistrada a quo. Transitado em julgado em 16/12/2019.
Agravo de Instrumento nº 0003386- 22.2020.8.16.0000	B. D. Vest Confecções EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela, interposto contra a decisão de mov. 2161.1, buscando por sua reforma para que seja autorizado a venda de 50% da marca SIX ONE, dispensando-se a realização de AGC. Tutela recursal deferida pelo Desembargador Relator (mov. 5.1), para autorizar desde logo a venda de 50% da marca SIX ONE. Julgamento convertido em diligência, dispondo inicialmente pela desnecessidade de realização de AGC, bem como determinando o juízo de origem proceda com a avaliação de 50% da marca. Recurso ainda em trâmite.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Agravo de Instrumento nº 0037266-05.2020.8.16.0000	Estado do Paraná X B. D. Vest Confeções EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão de mov. 2213.1, que determinou a suspensão dos pagamentos dos credores nos termos do PRJ enquanto vigor o Decreto de calamidade pública, razão pela qual busca pela reforma da decisão para que seja condicionado a suspensão dos pagamentos somente com prévia apresentação de certidões negativas de débitos fiscais. Efeitos suspensivo indeferido (mov. 12.1) Recurso ainda em trâmite.
Agravo de Instrumento nº 0057712-29.2020.8.16.0000	Itaú Unibanco S.A. X B. D. Vest Confeções EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão de mov. 2213.1, que determinou a suspensão dos pagamentos dos credores nos termos do PRJ enquanto vigor o Decreto de calamidade pública, razão pela qual busca pela reforma da decisão para que seja retomado o pagamento dos credores. Efeito suspensivo concedido (mov. 13.1), reestabelecendo a exigibilidade do PRJ. Recurso ainda em trâmite.
Agravo Interno nº 0057712-29.2020.8.16.0000 Ag 1	B. D. Vest Confeções EIRELI X Itaú Unibanco S.A	Agravo Interno interposto em face da decisão (mov. 13.1) de concessão do efeito suspensivo do recurso originário, buscando por sua reforma, para que seja reestabelecido os efeitos da decisão proferida pelo Juízo Universal. Recurso ainda em trâmite.
Agravo de Instrumento nº 0074742-77.2020.8.16.0000	União (Fazenda Nacional) X B. D. Vest Confeções EIRELI	Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto em face da decisão de mov. 2504.1, buscando sua reforma para que seja convalidada a recuperação judicial em falência ou, subsidiariamente, seja determinado que a Recuperanda mantenha seu parcelamento de débitos tributários regular, sob pena de convalidação em falência. Efeitos suspensivo indeferido (mov. 9.1) Recurso ainda em trâmite.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

## 7.4 INCIDENTES PROCESSUAIS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam neste Juízo ou instâncias superiores, envolvendo a Recuperanda, outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Impugnação à Relação de Credores nº 005471-70.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Goal Fomento Mercantil Ltda EPP	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 46.1), reconhecendo o saldo credor como ZERO, determinando a exclusão do crédito do ora credor da relação de credores. Transitado em julgado em 07/02/2020.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005156-42.2017.8.16.0069	Banpar Fomento Comercial e Serviços Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 42.1), se mantendo o crédito nos mesmos moldes habilitados na relação de credores. Pende o retorno de acórdão dos autos recursais.
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0013935-83.2017.8.16.0069	Tecelagem Columbia Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Processo extinto sem resolução de crédito (mov. 51.1), por falta de interesse processual. Transitado em julgado em 14/12/2018.
Objecção ao Plano de Recuperação Judicial nº 0007606-55.2017.8.16.0069	Banco do Brasil S.A. X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Objecção recebida (mov. 18.1) e extinta pela aprovação do PRJ em Assembleia Geral de Credores (mov. 30.1).
Impugnação à Relação de Credores nº 0005473-40.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial e Sul Invest Serviços Financeiros S/A	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 52.1). Transitado em julgado em 01/06/2020.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005698-60.2017.8.16.0069	Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial e Sul Invest Serviços Financeiros S/A X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 39.1), reconhecendo o crédito pertencente ao ora Impugnante na monta de R\$ 2.043.236,80, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária. Transitado em julgado em 01/06/2020.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005469-03.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Sul Invest Brz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 53.1). Transitado em julgado em 29/07/2019.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Prestação de Contas nº 0004251-37.2017.8.16.006	B. D. Vest Confecções EIRELI X Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Multisetorial	Incidente processual destinado à prestação de contas e caução pela Recuperanda acerca da utilização do dinheiro liberado em seu favor, que se encontrava depositado nos autos nº 0001286-91.2014.8.16.0069, em decisão de mov. 245.1 dos autos recuperacionais.
Objecção ao Plano de Recuperação Judicial nº 0007152-75.2017.8.16.0069	Lecca Comercial Ltda X B. D. Vest Confecções EIRELI	Objecção recebida (mov. 21.1) e extinta pela aprovação do PRJ em Assembleia Geral de Credores (mov. 40.1).
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0014768-33.2019.8.16.0069	Fernanda Carvalho Bento X B. D. Vest Confecções EIRELI	Habilitação de crédito julgada procedente (mov. 28.1), determinando a inclusão do crédito da ora Habilitante no montante de R\$ 90.088,99, na Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista.
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0010101-38.2018.8.16.0069	Lidia Nara Carneiro da Silva X B. D. Vest Confecções EIRELI	Processo extinto sem resolução de mérito (mov. 11.1), por ausência de interesse processual.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005252-57.2017.8.16.0069	Kahache Empreendimentos e Participações Ltda X B. D. Vest Confecções EIRELI	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 32.1), determinando a retificação do crédito do ora Impugnante para o montante de R\$ 445.683,64, constante na Classe III – Créditos Quirografários, e ainda, a exclusão do credor Associação dos Lojistas de São Paulo Mega Mix da referida relação. Transitado em julgado em 14/05/2019.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005452-64.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confecções EIRELI X Kahache Empreendimentos e Participações Ltda e Associação dos Lojistas de São Paulo Mega Mix	Decisão transladada dos autos conexos nº 0005252-57.2017.8.16.0069. Transitado em julgado em 09/05/2019.
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0010050-27.2018.8.16.0069	Monica Flores Menezes ME X B. D. Vest Confecções EIRELI	Processo extinto sem resolução de mérito (mov. 11.1), por ausência de interesse processual.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005472-55.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confecções EIRELI X Redfactor Factoring e Fomento Comercial S. A.	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 51.1), no entanto reconheceu a incorreção do crédito da Impugnada, determinando a retificação de seu crédito para a monta de R\$ 289.923,20. Transitado em julgado em 21/08/2019.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Impugnação à Relação de Credores nº 0005470-85.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Pontograf Gráfica e Editora Ltda EPP	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 44.1), determinando a retificação do crédito do credor ora Impugnado para o montante e R\$ 68.406,66. Transitado em julgado em 01/06/2019.
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0000948-78.2018.8.16.0069	Jean Caio Raimundo X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Habilitação de crédito julgada procedente (mov. 29.1), determinando a inclusão do crédito da ora Habilitante no montante de R\$ 17.500,00, na Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista. Transitado em julgado em 27/06/2019.
Prestação de Contas nº 0004223-69.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI	Incidente processual destinado à prestação de contas e caução pela Recuperanda acerca da utilização do dinheiro liberado em seu favor, que se encontrava depositado nos autos nº 0001286-91.2014.8.16.0069, em decisão de mov. 245.1 dos autos recuperacionais.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005460-41.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Ricelli Comércio e Confeccões Ltda.EPP	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 42.1). Transitado em julgado em 09/11/2017.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005180-70.2017.8.16.0069	Sol Serviços Financeiros Ltda EPP x B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 46.1), para que passe a constar na relação de credores o credor Impugnante em substituição ao BMA Capital S.A., mantendo-se o mesmo valor e classificação. Transitado em julgado em 26/02/2019
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0006165-68.2019.8.16.0069	Michelle Dayane de Oliveira X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Habilitação de crédito julgada improcedente (mov. 31.1). Transitado em julgado em 20/03/2020.
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0002395-04.2018.8.16.0069	Gislaine Cristina Bueno de Sousa X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Habilitação de crédito julgada procedente (mov. 27.1), determinando a inclusão do crédito da ora Habilitante no montante de R\$ 21.000,00, na Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista. Transitado em julgado em 24/10/2018.
Objecção ao Plano de Recuperação Judicial nº 0006604-50.2017.8.16.0069	TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Objecção recebida (mov. 21.1) e extinta pela aprovação do PRJ em Assembleia Geral de Credores (mov. 33.1).

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Habilitação de Crédito Retardatária nº 0010545-03.2020.8.16.0069	Marcela Lima Vargas X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Pedido de habilitação de crédito no montante de R\$ 15.405,01, na Classe I – Crédito Derivados da Legislação do Trabalho. Processo ainda pende de julgamento.
Ação Anulatória nº 0000986-27.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S/A	Ação julgada improcedente (mov. 136.1), diante da rejeição da alegação de nulidade da garantia pela divergência entre o valor dos imóveis e o montante da dívida.
Objecção ao Plano de Recuperação Judicial nº 0006143-78.2017.8.16.0069	China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S/A X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Objecção recebida (mov. 19.1) e extinta pela aprovação do PRJ em Assembleia Geral de Credores (mov. 31.1).
Impugnação à Relação de Credores nº 0005341-80.2017.8.16.0069	China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S/A X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 43.1), determinando a exclusão do credor ora Impugnante da relação de credores, diante da natureza extraconcursal do crédito, por se tratar de contrato garantido por alienação fiduciária. Transitado em julgado em 03/10/2017.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005455-19.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S/A	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 43.1), determinando a exclusão do credor ora Impugnante da relação de credores, diante da natureza extraconcursal do crédito, por se tratar de contrato garantido por alienação fiduciária. Transitado em julgado em 03/10/2017.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005464-78.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Lavoro Factoring S. A.	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 43.1). Transitado em julgado em 04/06/2019.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005446-57.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Gavea Securitizadora S. A.	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 48.1). Transitado em julgado em 19/05/2020.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005367-78.2017.8.16.0069	Benvenho & Cia Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 37.1), no entanto reconhece a existência de crédito pertencente ao patrono do ora Impugnante, o qual deve ser incluído na Classe I – Créditos Derivados da Legislação do Trabalho. Transitado em julgado em 10/07/2018.
Impugnação à Relação de Credores nº 005445-72.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Altero Design Indústria e Comércio Ltda	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 44.1), determinando a retificação do crédito de titularidade do credor ora Impugnado ao montante de R\$ 1.342.907,54. Transitado em julgado em 06/10/2017.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

Habilitação de Crédito Retardatária nº 0002377-80.2018.8.16.0069	Jamille Conceição do Sacramento Ramos X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Habilitação de crédito julgada procedente (mov. 20.1), determinando a inclusão do crédito da ora Habilitante no montante de R\$ 2.979,72, na Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista. Transitado em julgado em 24/10/2018.
Impugnação à Relação de Credores nº 005465-63.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Lecca Comercial Ltda	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 44.1). Transitado em julgado em 24/06/2019.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005467-33.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Mérito Fomento Mercantil	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 49.1), reconhecendo o valor do crédito de titularidade do credor ora Impugnado no montante de R\$ 1.339.611,41. Transitado em julgado em 29/11/2019.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005339-13.2017.8.16.0069	Tucial Gráfica e Editora Ltda X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 39.1 e 64.1), no entanto reconhecendo o débito pertencente ao patrono do credor ora Habilitante a ser habilitado na Classe I – Créditos Derivados na Legislação do Trabalho.
Impugnação à Relação de Credores nº 005468-18.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI X Detomaso Fundo Investimento em Direito Creditórios Não Padronados Multissetorial	Impugnação de crédito julgada improcedente (mov. 50.1), no entanto reconhecendo o crédito pertencente ao credor ora Impugnado na monta de R\$ 99.714,31.
Habilitação de Crédito Retardatária nº 0007334-61.2017.8.16.0069	Camila Domingui Bristot X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Habilitação de crédito julgada procedente (mov. 24.1), determinando a inclusão do crédito da ora Habilitante no montante de R\$ 12.000,00, na Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista. Transitado em julgado em 15/02/2018.
Impugnação à Relação de Credores nº 0005448-27.2017.8.16.0069	Banco do Brasil S.A. X B. D. Vest Confeccões EIRELI	Impugnação de crédito julgada procedente (mov. 37.1), determinando a exclusão do credor ora Impugnante da relação de credores, diante da natureza extraconcursal do crédito, por se tratar de contrato garantido por alienação fiduciária. Transitado em julgado em 16/03/2020.
Prestação de Contas nº 0004249-67.2017.8.16.0069	B. D. Vest Confeccões EIRELI	Incidente processual destinado a apresentação mensal dos documentos contábeis da empresa Recuperanda, bem como Relatórios Mensais de Atividades.

## Informações Processuais

Em 19/10/2020 foi formulado, pelo antigo Administrador Judicial, pedido de substituição para desempenho do múnus que exercia (mov. 2833). Ainda, em 12/11/2020 houve o requerimento de suspensão de pagamento do PRJ pela Recuperanda, diante das graves dificuldades ocasionadas pela Pandemia do Covid-19, o que foi deferido pela MM. Magistrada ao mov. 2841, nomeando para o encargo, o presente AJ, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia. Assim, em 01/12/2020, foi exarada aceitação pela nova Administradora Judicial (mov. 3064), apresentado para tanto, Termo de Compromisso devidamente assinado.

## 7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL

07/12/2016	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
13/12/2016	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
19/12/2016	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
15/12/2016	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
10/02/2017	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
21/03/2017	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda (art. 53 LFRJ)
30/03/2017	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
22/05/2017	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
05/06/2017	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
05/07/2017	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
15/09/2017	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
20/10/2017	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra a Recuperanda – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
05/03/2018	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)



Eventos ocorridos



Eventos Futuros

---

# *GLOSSÁRIO*



## Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores  
AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
ED – Embargos de Declaração  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
FL (S) – Folha (s)  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
RJ – Recuperação Judicial  
Rel. – Relator (a)  
Recuperanda – B D Vest Confeccões Eireli  
Resp – Recurso Especial  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
PRJ – Plano de Recuperação Judicial

---

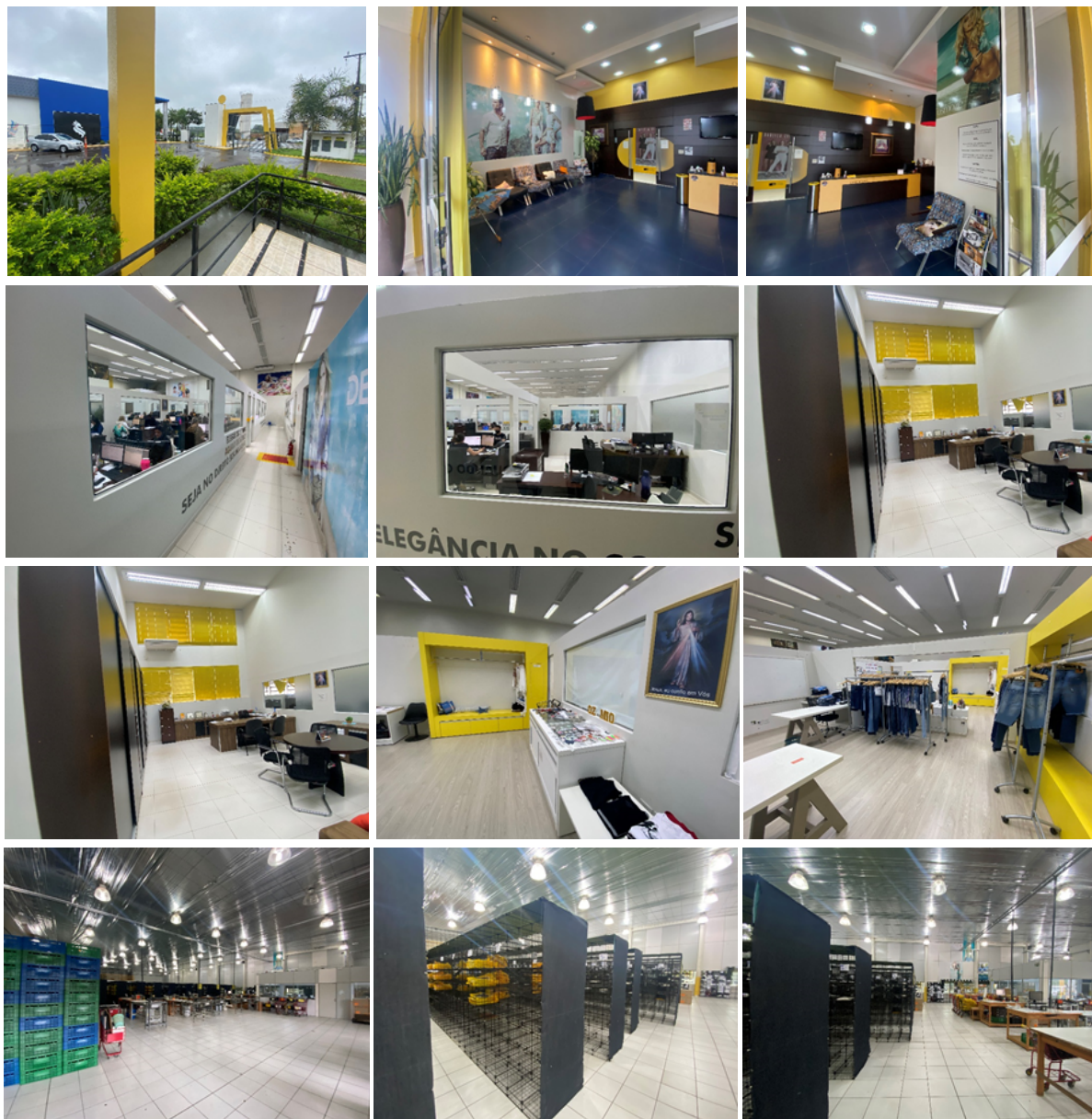
***ANEXOS***



## Anexos

Durante o período sob análise – Novembro 2020 – esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências da sede da Recuperanda

### ANEXO I - FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA





### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

   /marquesadmjudicial